

CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÃO E DIALOGO

MARICÉLIA BORGES DA SILVA¹

VIVIANE GUIDOTTI²

Resumo: O objetivo geral deste artigo é compreender as implicações do processo avaliativo na educação infantil, entendendo a importância da avaliação como instrumento de registro, que deve priorizar as potencialidades de cada criança fazendo com que através deste seja possível o aprimoramento da aprendizagem. Este estudo contempla a busca por querer entender o processo avaliativo na educação infantil, sendo esta a primeira etapa da educação na vida de uma criança. Desta forma, mostra uma relevância significativa na formação docente, podendo contribuir para estudos futuros. A metodologia do estudo foi desenvolvida por uma revisão bibliográfica e análise de documentos, a pesquisa está em andamento, mas já apresenta considerações parciais dos estudos realizados até o momento. Portanto, o fazer avaliativo é um ato de observação, sensibilidade e flexibilidade que articulados como a mediação do professor tornam a avaliação um conjunto de ações que potencializam os conhecimentos dos alunos.

Palavras-chaves: Avaliação Escolar, Educação Infantil, Desenvolvimento Integral.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste artigo é compreender as implicações do processo avaliativo na educação infantil, entendo a importância da avaliação como instrumento de registro, que deve priorizar as potencialidades de cada criança fazendo com que através deste seja possível o aprimoramento da aprendizagem. Desta forma, a relevância deste estudo concentra-se no fato de que a Educação Infantil no Brasil enfrenta muitos desafios no que compete uma formação adequada e de qualidade para os profissionais destas áreas, os profissionais devem ser preparados para lidar com a criança na maioria das vezes em tempo integral, tem que oferta instrumentos instigantes que possibilitem o aprendizado dos alunos, bem como propiciar avaliações que acolha o aluno na sua totalidade, o ato de avaliar deve acolher o saber prévio deste aluno.

Com tudo, a escola é um lugar de diversidades e diferenças, que se privilegia por ser um espaço que contempla diversos saberes, ainda não consegui desmitificar a prática

¹ Graduanda no curso de licenciatura plena em Pedagogia, pela Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras – PB. E-mail <marimel64@gmail.com>

² Doutora em Educação, professora Adjunta do Curso de Pedagogia da pela Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras – PB. E-mail <viviane.guidotti@ufcg.>

avaliativa como sendo uma ação dialógica, reflexiva e mediadora, o fazer avaliativo ainda está ligado a uma concepção mensuradora e coercitiva.

Nesta perspectiva, pretende-se trazer uma reflexão sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil como um processo dialógico e de mediação, em que o professor é um sujeito mediador do conhecimento devendo possibilitar ao educando uma avaliação formadora, compartilhando experiências permitindo ao educando a reflexão sobre sua realidade para que este atue de forma crítica na sociedade, ao mesmo tempo em que oferece através desta subsídios para que ele possa desenvolver suas habilidades em pleno desenvolvimento. O professor como sujeito transformador utiliza-se do fazer avaliativo como coleta de informações que favoreçam a prática pedagógica.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o texto em questão foi escrito por meio da metodologia de revisão bibliográfica e análise de documentos, como por exemplo, a LDB. A pesquisa está em andamento, mas já apresenta considerações parciais dos estudos realizados até o momento

O aporte teórico da discussão está pautado nos seguintes autores que estudam sobre processo avaliativos, como: Hoffmann (2013), Ciasca (2009), Luckesi (2006), que darão suporte e fundamentação da escrita do artigo, sempre dando ênfase ao caráter do docente enquanto avaliador e sujeito mediador e facilitador da apreensão dos conhecimentos, nos quais estarão pautados por meio dos instrumentos de avaliação utilizados na educação infantil.

HISTÓRICO SOBRE A LDB NA PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

A questão referente a educação infantil e os instrumentos de avaliação, nos quais dão sustentabilidade para as práticas que serão exercidas pelos docentes, a priori não estavam estabelecidas nos documentos como, na LDB - Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 (1996), e a Base Nacional Comum Curricular, os quais regem e norteiam o processo de ensino nos anos iniciais.

Basta analisar o contexto histórico no qual ocorreu o processo fundação das creches no país, no ápice da industrialização e processo de urbanização nos grandes centros urbanos, que conseqüentemente também foram abertos espaços em diversos âmbitos do trabalho para as mulheres, que antes tinham a obrigação somente de cuidar dos seus lares e família, a partir desse momento foi-se necessário criar espaços nos quais as crianças pudessem serem cuidadas

enquanto suas mães estavam trabalhando, dessa forma surgem as creches, diante de um pensamento pedagógico moderno, que surge a partir da revolução industrial. Para Bujes (2007, p. 14) “As creches e pré-escolas surgiram depois das escolas e seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno, fora do lar, a partir da revolução industrial.”

A partir dos estudos em Bujes (2007) é importante lembrar que os “direitos” existentes na educação infantil não eram referidos para as crianças, mas sim as mães que necessitavam colocar seus filhos nos determinados locais para poderem exercer duas atividades trabalhistas.

Segundo Craidy (2007), o cuidado com a infância em uma perspectiva educativa – na escola, é consequência da Constituição Federal de 1998, assim após foi promulgada a terceira LDB, em 1996, mencionando a educação infantil como uma etapa da educação básica.

Diante desse contexto histórico ainda não havia sido colocado em pauta a discussão aprofundada sobre a educação infantil, com um direito da criança, na sua dimensão pedagógica, ao proporcionar desenvolvimento cognitivo, físico e afetivo, muito menos discussões pautadas em quais instrumentos deveriam ser utilizados para realizar tal ação, que era o ato de avaliar na educação infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) contemplou a educação infantil, de modo a adentrar também na questão referente ao diálogo sobre a avaliação na educação nos anos iniciais. A parte do documento no que se refere a temática é a seguinte:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996)

O referido trecho supracitado da LDB/1996, no Art. 31, no qual o primeiro tópico cita a questão referente a avaliação, que diferentemente do ensino fundamental e médio, os instrumentos que serão utilizadas para a realização da averiguação da aprendizagem são distintos da educação infantil, e, é necessário que o professor compreenda qual a sua

relevância enquanto agente facilitador da avaliação dos conhecimentos apreendidos pelos discentes. Nessa perspectiva as autoras Cassia e Mendes (2009, p.3) afirmam:

O professor deve ser o facilitador para que novas descobertas sejam realizadas por suas crianças e ao mesmo tempo o espectador que vai assistir esse momento de descoberta. Não de forma passiva, mas estimulando, permitindo, incentivando e proporcionando situações que promovam o desenvolvimento.

Então, a avaliação ou observação da progressão dos conhecimentos adquiridos na educação infantil, deve acontecer da forma citada anteriormente, na qual o professor por meio dos seus instrumentos avaliativos busca explorar todas as potencialidades das crianças nos seus diferentes aspectos, analisando individualmente cada aluno.

Como aborda Hoffman (2013, p.16) “Não há como se falar em ação avaliativa, enquanto acompanhamento e mediação, que não aconteça no cotidiano da ação educativa e que não absorva a dinâmica da construção do conhecimento”, dessa forma, entende-se que existe a necessidade do acompanhamento do professor e intervenções positivas em relação a cada aluno, levando em consideração as singularidades existentes no âmbito da sala de aula.

Desta maneira, é necessário também que nós enquanto futuros educadores e os demais que já atuam na profissão, busquemos a mudança da visão na qual as escolas na educação infantil, são de caráter assistencialista e cuidador, que é deixada de lado em muitos casos a questão referente ao ensino-aprendizado.

Reafirmando o que foi dito segundo Lira et al. (2013) o lugar ocupado pela educação infantil no cenário educacional atual ainda não se caracterizou, plenamente, pela sua dimensão pedagógica, mas pela dimensão assistencialista decorrente da história desse nível de ensino. Nesse sentido, ainda existe diversas dificuldades e desafios que pleiteiam a educação infantil, como avaliar se ainda sequer o próprio ensino é considerado algo relevante no processo formativo dos alunos para as futuras séries? Cabe a nós educadores do ensino infantil mudar essa visão, dando suporte teórico e prático nos instrumentos de ensino e avaliativos.

Na educação infantil, hoje existem instrumentos e métodos nos quais estão pautados para dar suporte que haja o ato de analisar e averiguar os conhecimentos apreendidos pelos discentes, entre os mesmos existe um de extrema relevância na educação infantil, como nos mostram as autoras Cassia e Mendes (2009, p.11):

As Fichas de Avaliação apresentam-se como prática típica de avaliação infantil que se dá a partir do preenchimento dos instrumentos de avaliação,

ao final de algum período (semestre, bimestre, trimestre), com anotações de aspectos e características uniformes sobre crianças em idades diferentes, frequentemente com termos vagos e imprecisos que enfatizam somente as atividades e áreas do desenvolvimento das crianças que, muitas vezes, ainda não foram instigadas pelo professor.

Outro instrumento importante a ser citado na avaliação da educação infantil são os relatórios elaborados pelos professores, nos quais podem acompanhar o aluno nos seus diferentes aspectos do desenvolvimento cognitivo, nas relações interpessoais no âmbito da sala de aula e também fora da escola, com a reunião dos pais que é observada e colocada no relatório.

Desta maneira, o acompanhamento na progressão em relação ao processo de aprendizagem, deve levar em consideração todas as especificidades para com a apreensão dos conteúdos, seja em relação as suas dificuldades, afinidades com determinados assuntos etc. dessa forma, havendo a compreensão das singularidades existentes na sala é possível fazer com que haja progressão de todos os alunos e também que a mesma se dá de forma equânime.

A PRÁTICA AVALIATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antes de discutir as práticas educativas na educação infantil, é importante compreender o papel que o professor deve ter nessa etapa da educação básica, que segundo Crady (2007, p. 31) seguindo um viés educativo, a partir de uma perspectiva teórica do sócio-interacionismo, o professor: “[...] cabendo-lhe proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua autoestima e desenvolver suas capacidades.”

Diante desta perspectiva, de que a escola de educação infantil deve ser organizada como um espaço social, para o desenvolvimento integral da criança, que com a mediação dos professores, poderá potencializar suas capacidades e habilidades.

Assim, as práticas avaliativas nesta etapa se tornam essenciais, de forma com que registre o desenvolvimento integral de cada aluno, diferente de uma prática avaliativa conservadora que Luckesi (2005) destaca. Para autor (2005, p.29)

A avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, tomada *in gere*, está a serviço de uma pedagogia dominante que, por vez, servi a um modelo social dominante, o qual, genericamente, pode ser identificado como modelo social *liberal conservador*, nascido da estratificação dos empreendimentos transformadores que culminaram na revolução francesa.

Desta forma, é necessário desmitificar esse processo excludente, tornando a avaliação um instrumento/recurso de possibilidades para além dos paradigmas institucionais quebrando tabus ainda enraizados em muitas escolas, ou seja, colocar a avaliação da aprendizagem como instrumento transformador do processo de ensino-aprendizagem. E, é através da postura mediadora do professor que esse procedimento será validado. O professor através do que observa em sala de aula, tende a promover uma avaliação desafiadora possibilitando aos educandos a construção de conhecimento.

Priorizando as ações do educando, respeitando o desenvolvimento integral do aluno observando a fim de proporcionar momentos de aprendizagem, para que o aluno possa desenvolver suas limitações e dificuldades, sejam elas: cognitivas, físicas e afetivas. Nesta perspectiva Hoffman (2012, p. 19) traz dois princípios que norteiam a avaliação mediadora, que são:

- a) O princípio da individualização: observar e cuidar mais e por mais tempo da criança que estiver precisando de maior apoio em determinado momento, preservando a liberdade e a espontaneidade de cada uma refletindo acerca de ações educativas pertinentes aos interesses de todas.
- b) o princípio da mediação: a intenção de desenvolver estratégias pedagógicas desafiadoras de modo que as crianças evoluam em todas as áreas do conhecimento, seguras e com iniciativa para inventar, descobrir e experimentar.

Retoma-se aqui o artigo 31 da LDB/1996, como já citado, que ressalta “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Brasil, 1996). Reforçando que o processo avaliativo deve ser de acordo com as vivências pedagógicas do aluno no cotidiano escolar, por meio de registros e observações do professor, que deve ser o mediador do aluno, proporcionando momentos significativos de aprendizagem.

Contudo, é importante ressaltar que a avaliação escolar não pode ser um processo excludente e seletivo, a avaliação deve atender as necessidades do educando, para um desenvolvimento integral na infância, já que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, sendo assim a avaliação escolar deve partir deste princípio, devendo respeitar a individualidade e as especificidades de cada criança.

E o professor a partir da avaliação, deve refletir sua própria prática pedagógica, promovendo momentos significativos de aprendizagem, para que seus alunos possam a partir dessas mediações construir conhecimento. Sendo assim Luckesi (2005, p. 33) vai dizer que

A avaliação conduz a uma tomada de decisão. Ou seja, o julgamento de valor, por sua constituição mesma, desemboca num posicionamento de “não-indiferença”. O que significa obrigatoriamente uma tomada de decisão quando se trata de um processo, como é o caso da aprendizagem.

Portanto, a avaliação destina-se não somente ao aluno, mas também ao professor que é o responsável por essa tomada de decisão, atuando de forma a incluir não somente o aluno que aprendeu conteúdo, também o aluno que não conseguiu aprender. Através da avaliação o professor pode tomar de consciência da sua prática e fazê-la mais significativa em pró do aluno que não aprendeu, trazendo subsídios para instigar aquele aluno a desenvolver suas capacidades, e assim, melhorar seu aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, entende-se que é importante aprofundar as pesquisas sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil pelo fato, de ainda haver tabus que permeiam essa relação, entendendo a avaliação como um recurso didático utilizado para registrar os progressos do desenvolvimento: cognitivo, físico e afetivo dos alunos, já que infelizmente o entendimento de que a avaliação na educação infantil contribui de maneira dinâmica e reflexiva para o desenvolvimento da criança, ainda não faz parte do cotidiano escolar.

Desta forma, para que o professor avalie o desenvolvimento integral do aluno, é preciso em primeiro lugar que ele tenha uma formação inicial, para atuar como professor, previsto na LDB/96, como também participar de formações continuadas, que refleti sobre a importância de ser um pesquisador e um observador da sua própria prática.

Portanto, o fazer avaliativo é um ato de observação, sensibilidade e flexibilidade que articulados como a mediação do professor tornam a avaliação um conjunto de ações que potencializam os conhecimentos dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Congresso Nacional, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria, KAERCHER, Gládis E.. Educação infantil: para que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p.15-22.

CRAIDY, Carmem Maria. A Educação Infantil e as Novas Definições da Legislação. In: CRAIDY, Carmem Maria, KAERCHER, Gládis E.. Educação infantil: para que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p.15-22.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. Avaliação e Educação infantil: **Um Olhar Sensível e reflexivo Sobre a Criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; MENDES, Débora Lúcia Lima Leite. Estudos de avaliação na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 20, n. 43, p. 293-304, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: **Estudos e Proposições**. São Paulo: Cortez, 2006.



